

País fecha acordo e paga US\$ 2 bi em 91

O governo brasileiro e os bancos credores fecharam ontem, depois de seis meses de negociações, os termos de um acordo para o pagamento dos cerca de US\$ 8 bilhões em juros atrasados da dívida externa. Os pontos principais do acordo prevêem que o governo pagará, até o final deste ano, um máximo de US\$ 2 bilhões em dinheiro e que o restante será convertido em bônus com dez anos de prazo. O presidente Fernando Collor manifestou sua satisfação com o fechamento do acordo durante uma reunião à tarde no Palácio do Planalto. "Esse é um dia importantíssimo para o Brasil", disse o presidente. "Valeram a pena a persistência e a perseverança dos nossos negociadores".

O acordo sobre os atrasados não resolve todos os problemas do Brasil com a dívida externa. Ele é apenas o primeiro passo para que o governo possa começar agora a discutir com os credores a reestruturação do total de US\$ 52 bilhões que o setor público deve aos bancos privados. Essa etapa — a mais difícil — começará tão logo o Senado Federal dê o seu aval às condições estabelecidas ontem para os juros em atraso acumulados até dezembro. Ontem mesmo, o ministro interino da Economia, João Maia, telefonou ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE) para comunicar que o acordo estava fechado e que seus termos estavam sendo encaminhados ao Legislativo.

Reservas

Num comunicado à imprensa, João Maia considerou "muito positivos" os resultados das negociações que, segundo ele, "atendem às necessidades cambiais e fiscais do País". E que o parcelamento dos pagamentos em dinheiro preservará as reservas internacionais do País, atualmente de US\$ 8,5 bilhões. E o sistema de pagamentos em valores crescentes, acertados para os bônus, dará uma folga ao setor público, responsável por 90% da dívida externa junto aos bancos, ao longo dos primeiros anos de implementação do acordo. Além disso, o governo considerou como um avanço significativo algumas das condições acertadas nas negociações com os banqueiros.

A primeira delas é o entendi-

mento de que os Bônus, pelos quais serão reescalados 75% dos juros atrasados, só serão emitidos pelo governo brasileiro quando houver um acordo sobre a dívida global. Foi estabelecido, assim, um vínculo entre as duas etapas da negociação, como o governo desejava. Em segundo lugar, durante um certo período esses bônus terão taxas de juros fixas, ou taxas flutuantes, segundo as condições de mercado, mas com tetos máximos e mínimos de variação. Os bancos poderão optar por um dos dois tipos de bônus. Em qualquer caso, será mais fácil prever os desembolsos futuros da dívida externa, preservando as contas externas do País de possíveis variações bruscas do mercado, como aquelas que ocorreram no início dos anos 80, quando explodiu a crise da dívida dos países em desenvolvimento.

Foi justamente a questão dos juros dos bônus que esteve sob intenso bombardeio do governo norte-americano durante as últimas semanas. Sob pressão da Casa Branca e de países aliados, como o Japão e a Alemanha, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) suspendeu há 15 dias a liberação de um empréstimo de US\$ 350 milhões ao Brasil, já aprovado pelos escalões técnicos da instituição. O subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, não escondeu que a suspensão foi uma maneira de pressionar o Brasil a fechar rapidamente um acordo com os credores.

No último fim de semana, durante a reunião anual do BID no Japão, Mulford chegou a manter um áspero diálogo com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, sobre o assunto. O estabelecimento de taxas fixas ou limites máximos para os juros foi o ponto mais difícil da discussão com os credores. O esquema nunca foi bem aceito pelos bancos e foi o último ponto a ser resolvido na mesa de negociações. João Maia considerou, porém, que o fechamento de um acordo dias depois da pressão manifestada pelo governo americano foi apenas uma coincidência. "Essa posição do BID é inaceitável, e o governo espera que ela seja reconsiderada. O BID não pode ser usado como instrumento de pressão política", afirmou Maia.

Números do acordo

São os seguintes os termos principais do acordo acertado ontem com os banqueiros:

- O governo pagará em dinheiro 25% dos atrasados acumulados até dezembro — mais os juros de mora sobre estes mesmos atrasados — até um máximo de US\$ 2 bilhões. O valor exato dos atrasados ainda está sendo levantado pelo Banco Central mas atinge, no máximo, US\$ 8,5 bilhões. É que muitos devedores originais dos empréstimos quitaram suas dívidas em cruzeiros, no Brasil, mas não deram baixa nos registros do BC.
- Da quantia em dinheiro, 45%, ou US\$ 900 milhões, serão pagos de uma só vez, assim que bancos responsáveis por pelo menos 95% das dívidas do Brasil aceitarem os termos da negociação, que é feita com um comitê representativo dos credores. A diferença de US\$ 1,1 bilhão será quitada em nove parcelas iguais, até dezembro.
- Os restantes 75% da dívida — de US\$ 6 a US\$ 6,5 bilhões — serão transformados em bônus com prazo de dez anos para pagamento, com três anos de carência.
- O acordo prevê um esquema de amortizações semestrais crescentes para os bônus: 1% do total para as três primeiras parcelas, 2% da quarta à sexta prestação, 4% na sétima, 8,5% entre a oitava e a décima e 12,3% até a 15ª e última parcela.
- No que se refere aos juros, os bancos poderão optar por duas alternativas: na primeira, haverá taxas fixas no primeiro (7,8125%), segundo (8,375%) e terceiro anos (8,75%). A partir daí, os juros flutuarão segundo a taxa do mercado de Londres, mais um adicional de 0,8125. A segunda opção prevê juros flutuantes desde o início, mas nos cinco primeiros anos serão estabelecidos um limite mínimo de 6% e tetos máximos de 7,2% (primeiro ano), 7,7% (segundo ano) e 8,2% (terceiro ao quinto ano).